

GÊNERO, PERFORMATIVIDADE E A EXPERIÊNCIA TRANS

GENDER, PERFORMATIVITY AND TRANS EXPERIENCE

Jamil Cabral Sierra [1]

RESUMO: A partir de Foucault, dos Estudos de Gênero e das teorizações queer, este texto faz uma reflexão sobre a noção de gênero e de performatividade queer, especialmente no que se refere à articulação desses conceitos com a experiência trans (travestis, transexuais e transgêneros), a fim de mostrar em que medida o universo trans se constitui (ou não) como forma de resistência aos processos biopolíticos de controle dos corpos e da subjetividade.

Palavras-chave: Gênero. Performatividade. Experiência Trans.

ABSTRACT: Based on Foucault, on gender studies as well as on queer theories, this article intends to reflect about gender and queer performativity, specially relating these concepts to trans experience (transvestite, transsexual, transgender), in order to discuss in what ways the trans environment is established (or not) as a way to show resistance to biopolitics process of body and subjectivity control.

Key-words: Gender. Performativity. Trans Experience.

Chamam-me de Agrado porque, a vida inteira, só pretendi tornar a vida dos outros agradável. Além de agradável, sou muito autêntica. Olhem só que corpo. Tudo feito sob medida. Olhos amendoados: 80 mil. Nariz: 200 mil. Jogados no lixo, no ano seguinte ficou assim depois de outra surra. Sei que me dá muita personalidade, mas, se soubesse antes, não mexeria nele. Continuo. Peitos: dois, porque não sou nenhum monstro. 70 mil cada um, mas eles já estão superamortizados. Silicone em: lábios, testa, maçãs do rosto, quadril e bunda. O litro custa 100 mil. Calculem vocês, porque eu já perdi as contas. Redução de mandíbula: 75 mil. Depilação definitiva a laser. As mulheres também vêm dos macacos. Tanto ou até mais que os homens. 60 mil por sessão. Dependendo de quanto cabeluda se é. O normal é entre duas a quatro sessões. Mas, se é uma diva do flamenco, precisará de mais, claro. Bem, como eu estava dizendo, sai muito caro ser autêntica. E, nestas coisas, não se deve ser avarenta. Porque nós ficamos mais autênticas quanto mais nós nos parecemos com o que sonhamos que somos[2].

O que quero ensaiar nesta análise[3] tem a ver com o deslocamento da distinção entre o que é masculino e feminino, até porque tais noções não se dão por características sexuais propriamente ditas, mas pela maneira como essas características estão representadas, valorizadas ou, ainda, a partir do que se discursa sobre o que é ser homem ou mulher em

uma dada sociedade, num dado corte histórico. Desse modo, foi a partir dos reclames do movimento feminista, especialmente quando as mulheres, por volta da década de 60 do século XX⁽⁴⁾, começam a questionar os inúmeros discursos que produziram a invisibilidade pública feminina, que questões sobre gênero e sexualidade começam a fazer parte de reivindicações de natureza não só política, mas também de preocupações acadêmicas, especialmente daquelas/es ligadas/os às Humanidades.

Isto foi importante porque se, inicialmente, os trabalhos destas/es teóricas/os foi o de inventariar e denunciar as condições sociais, trabalhistas e domésticas nas quais a mulher estava submetida, eles puderam, posteriormente, fazer vir à tona não só o grito de uma parcela de gente que ao longo do tempo viveu no silêncio, mas também fazer emergir as vozes apaixonadas (e é bom que se frise isto, pois estas vozes não eram decididamente mornas, pelo contrário, eram marcadamente políticas) de mulheres dispostas a saírem do cárcere-lar e a transformarem “as até então esparsas referências às mulheres – as quais eram usualmente apresentadas como exceção, a nota de rodapé, o desvio da regra masculina – em tema central” (LOURO, 1998, p. 19), contribuindo, sobremaneira, para o redimensionamento do fazer acadêmico, já que a objetividade, imparcialidade, isenção são postas em xeque por elas, bem como para o embaralhamento das noções de esfera pública/privada, de família, de casamento, de sentimento, de prazer, de corpo e, é claro, para a revisão de nossas sexualidades.

Por isso, mesmo que num primeiro momento a discussão em torno de categorias de gênero e sexo tenha se dado no sentido de marcar a diferença entre um e outro, a partir, inclusive, de obras como as de Simone Beauvoir, por exemplo, a tentativa de apregoar a ideia de gênero (*gender*⁽⁵⁾) como termo distintivo para sexo (*sex*) foi importante para o argumento que rejeitava o determinismo biológico implícito em expressões como “sexo” ou “diferença sexual”, bem como se fez determinante para compreensão de que há uma construção histórica, social e cultural produzida sobre a biologia, que até então era tida como o destino.

No entanto, esta divisão tende a se esfumçar em trabalhos que se seguiram a esse primeiro momento da compreensão de gênero/sexo, como é o caso das reflexões de Judith Butler, que apontam aprimoramentos nesta conceituação, especialmente no sentido de explicitar que tal cisão - entre sexo e gênero - foi necessária, inicialmente, a fim de deslocar a ideia de que o biológico é o limite, mas que outras formulações precisavam ainda se colar a esta, uma vez que da maneira como de início foi desenvolvido o argumento, dava a impressão de que o gênero era um constructo cultural que se estabelecia sobre o sexo – ainda entendido como algo natural. O que se propõe no pensamento de Butler e de muitas/os estudiosas/os hoje é o de que o sexo também se faz/existe como tal a partir da codificação que fazemos dele via linguagem, ou seja, são os processos de significação que definem o suposto binarismo macho/fêmea.

Esta perspectiva destece o argumento de que somente sobre corpos masculinos pode se dar a construção de homens e, vice-versa, que a construção de mulheres seja entendida apenas em relação a corpos femininos.

Quando o *status* construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a conseqüência de que *homem e masculino* podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e *mulher e feminino*, tanto um corpo masculino como um feminino. (BUTLER, 2003, p.24-25)

Vejam que é preciso desnaturalizar o sexo, deixar de entendê-lo como pré-discursivo, como precedente à cultura, como algo imutável. “Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio constructo chamado ‘sexo’ seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma.” (BUTLER, 2003, p. 25).

Por isso é que não cabe dizer que o gênero se forja na cultura e o sexo se molda na natureza, como se este fosse uma espécie de terreno politicamente intocável, não maculado, onde/sobre o qual se ergueriam os agentes culturais. Insistir no sexo como elemento *a priori* só faz fortalecer o discurso que enrijece sua casca dual, garantindo, assim, que sua edificação binária permaneça sedimentada. Além disso, tomar o sexo como algo que recebe as marcas da cultura significa, no percurso deste processo, fazê-lo inexistir, uma vez que, assumidos pelo gênero, os significados sociais atribuídos ao sexo o tornam um local fantasioso, ou seja, o tornam somente linguagem.

O argumento de que a sexualidade seria dada pela natureza se apoia numa concepção que se fundamenta na exterioridade do corpo, que seria usado por todos nós de igual maneira. Interessante que nossa sexualidade “envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções” (LOURO, 2001, p.11) que, de maneira alguma, dão ao sexo e ao corpo esses contornos naturais. Por isso, o gênero não pode ser, de maneira alguma, entendido como uma manifestação cultural que se assenta sob uma natureza - corporal ou sexual - pois o sexo é regulado pelas normas que determinam o processo de significação da matéria.

Há ainda, para radicalizarmos mais o argumento de que o sexo não é esta superfície sobre a qual se reveste a cultura, mas que ele é efeito do poder que materializa os corpos, a experiência trans (de transexuais, de travestis, de transgêneros). Berenice Bento (2003) defende que os corpos “já nascem ‘maculados’ pela cultura”, ou seja, ao desenvolver sua aposta, a autora vai apontando que aquilo que se julga natural é resultado dos processos de interpelação que fazemos desde antes mesmo do nascimento. Diz ela que diálogos como: “*Já sabe o sexo do bebê? – É um menino! - Então, te mostrarei a sessão para os homenzinhos*”, ajudam a compor todas as expectativas, gostos, comportamentos que se espera que o bebê tenha/assuma a partir do momento que vir a luz. Assim é que a autora vai dizer que os corpos-sexuados são revelados discursivamente pelas interpelações que possuem efeitos protéticos. “Analisar os corpos enquanto próteses significa livrar-se da dicotomia entre corpo-natureza versus corpo-cultura e afirmar que, nesta perspectiva, as/os mulheres/homens biológicas/os e as/os mulheres/homens transexuais se igualam” (BENTO, 2003). Somos, portanto, corpos cirurgiados, cuja primeira intervenção é justamente esta: a cirurgia que nos constrói como homem ou como mulher. E isto de natural não tem nada.

Talvez seja por isto que a experiência trans^[6] seja importante para a descaracterização biológica das identidades de gênero/sexuais, uma vez que elas/eles se colocam, talvez mais que quaisquer outras/os, na fronteira, no liame, na confluência tênue que escapole ao panoptismo^[7] dos gêneros que vigia e força todos os corpos à heteronormatividade. Vejam que fugir do binóculo heteronormativo institucionalizado na Família, na Igreja, no Estado, na Justiça, na Escola, na Mídia, ou produzido pelos saberes da Biologia, da Medicina, da Biomedicina, da Psiquiatria, da Psicologia, da Pedagogia é extremamente difícil diante dos discursos que naturalizam as relações hétero como modelo de normalidade. E os sujeitos trans, de certo modo, conseguem desfocar as lentes do binóculo justamente porque vivem confluindo, metamorfoseando-se entre uma banda e outra, estão sempre num devir-corpo-homem e num devir-corpo-mulher, desalojando aquilo que era

entendido como certo em termos de identidades de gênero/sexuais, deslocando os lugares sociais destas identidades, invalidando os costumes, destrutando as verdades introjetadas não suficientes para garantir-lhes uma identidade segura.

Ou, como nos sugere a personagem de Almodóvar, talvez a vivência trans possa mesmo questionar a ideia de autenticidade dos corpos, no momento em que ela subverte a fé depositada na legitimidade do que aprendemos a ver como homem ou mulher. Quando Agrado diz que “ficamos mais autênticas quanto mais nós nos parecemos com o que sonhamos que somos” é para mostrar que o corpo é móvel, plástico, lembrável, desdobrável, protético, cirúrgico, de modo ser impossível falar numa autenticidade natural dos corpos. As marcas que autenticam um corpo como masculino ou feminino são fabricadas, implantadas, extraídas, modificadas, recortadas, costuradas, rasgadas, tatuadas, apagadas, num processo de questionamento permanente da ideia idílica de origem e de construção do corpo híbrido, do homem-máquina:

O ciborgue é uma criatura de um mundo pós-gênero: ele não tem qualquer compromisso com a bissexualidade, com a simbiose pré-edípica, com o trabalho não alienado. O ciborgue não tem qualquer fascínio por uma totalidade orgânica que pudesse ser obtida por meio da apropriação última de todos os poderes das respectivas partes, as quais se combinariam, então, em uma unidade maior. Em certo sentido, o ciborgue não é parte de qualquer narrativa que faça apelo a um estado original, de uma “narrativa de origem”, no sentido ocidental, o que constitui uma ironia “final”, uma vez que o ciborgue é também o *telos* apocalíptico dos crescentes processos de dominação ocidental que postulam uma subjetivação abstrata, que prefiguram um eu último, libertado, afinal, de toda dependência – um homem no espaço. (HARAWAY, 2000, p. 42-43)

Neste sentido, a experiência trans – mesmo daquelas/es não submetidas/os ao bisturi que lhes dariam uma vagina ou um pênis e, assim, terminaria o empreendimento que se iniciou com os hormônios, o silicone e tantas outras próteses (permanentes ou móveis) – é indispensável para mostrar como as formas de resistência ao projeto de normalização dos corpos persistem, apesar das estratégias biopolíticas (FOUCAULT, 2001a, 2002b, 2002c) de captura dos corpos e da subjetividade serem ferozes, vorazes, inclusive porque criam o desejo de ajustamento à normalidade.

É claro que, por conta do desejo de normalidade, da vontade de se reconhecer e ser reconhecido como normal, do anseio em poder ser decodificado, lido e interpretado pelo olhar inquisidor da normalidade como um corpo traduzível, como um corpo-mulher e um corpo-homem “de verdade”, muitas/muitos transexuais, por exemplo, depois de operadas/os e com suas novas anatomias redesenhadas, embarcam nessa mesma lógica e reclamam respeito. Talvez seja por isso que

[...] os/as transexuais que reivindicam as cirurgias não são motivados, principalmente, pela sexualidade, mas para que as mudanças nos seus corpos lhes garantam a inteligibilidade social, ou seja, se a sociedade divide-se em corpos-homens

e corpos-mulheres, aqueles que não apresentam essa correspondência fundante tendem a estar fora da categoria do humano. (BENTO, 2003)

A cirurgia é desejada, portanto, mais por fatores ligados à aceitação social – é preciso ser vista/o como mulher/homem senão não é possível conseguir emprego, frequentar a escola, o clube etc. A vagina e o pênis são requeridos porque sem eles não há maneira de habitar a normalidade, não há jeito de receber o aval necessário que garanta o lugar social, a inclusão na norma e o estabelecimento de ações que vão desde a escolha de que banheiro usar na escola ou restaurante até o direito de serem chamadas/os pelo nome feminino/masculino que adotaram.

Casos como o de Roberta Close, que foi capa da revista Playboy em maio de 1984, também são interessantes para mostrar como é latente esse desejo de se enxergar/sentir inteligível, uma vez que o perturbador (e ao mesmo tempo provocador de interesse/desejo, eu diria) em alguns corpos trans, por exemplo, é justamente a indefinição, a convivência de seios com pênis, composição esta que torna este corpo inclassificável do ponto de vista médico, social, religioso (mas ao mesmo tempo fonte de curiosidade e atração, eu também diria). Se Roberta Close pôde deixar fotografar sua nudez para uma revista dirigida aos homens heterossexuais - mesmo antes da operação que lhe esculpiria uma vagina - foi porque, de uma certa maneira, ela já era considerada, através de uma série de outras inscrições feitas no seu corpo (cabelo, unhas, peitos, depilação...), muito mulher^[8]. Com a operação, um tempo depois (e talvez por isso muitas/os transexuais a desejam) a construção da vagina lhe abriu ainda mais as portas para uma vida longe do disformismo que a deixava em indefinição, em suspense. E a lógica é esta mesma, isto é, discursar que para ser mulher é preciso ter vagina e peito, pois assim se fortifica o apelo à heteronormatividade que, repetindo-se, reiteirando-se, citando-se, interrompe a situação de fronteira. Quando digo reiteirando-se, citando-se, estou querendo dizer que a produção de corpos-homens ou corpos-mulheres, ou o estabelecimento de atos performativos que ancoram identidades hegemônicas, bem como as linhas de resistência criadas como contraponto a tal hegemonia, acontece por aquilo que Butler (2001, 2003), firmada na ideia de citacionalidade^[9] de Derrida, chamou de *performatividade*, ou seja, repetições e citações fora do contexto hegemônico, determinante, natural, que tentam romper com a normatização das práticas de gênero a partir de contradiscursos ao processo de normalização dos corpos.

Tento desenvolver isto melhor: para Butler (2001, 2003), a assunção de uma identidade de gênero/sexual, longe de se dar de maneira congênita, é imposta por mecanismos que compõem um “aparato regulatório” da heterossexualidade, conjunto de técnicas estas que estão dispostas e que reiteram a si mesmas através da produção forçosa do sexo, de modo que a assunção da sexualidade é, desde o começo, forçada a se constituir da maneira como quer este aparato, esta lei reguladora dos corpos e das práticas de gênero/sexuais. No entanto, a significação deste corpo que está submetido a esta lei não se faz necessariamente porque a lei o obriga a ser como é, mas sim porque a lei mobiliza ações que, através do acúmulo citacional que se repete, gera os corpos comandados por ela. Quer dizer que a norma regulatória age como um tipo de poder que ao marcar, diferenciar, classificar é capaz de produzir os corpos que controla, de modo que a materialização do sexo num corpo não é simplesmente resultado de uma plástica estético-fisiológica, mas sim da reiteração discursiva que se impõe e interpela este corpo.

Deixe-me ver se consigo dizer isto de outro jeito: quando, por exemplo, ouvimos as futuras mães dizerem - naquelas reuniões de trocas de experiências e presentes antes

de o bebê nascer – que não veem a hora de saber o sexo da criança para assim poderem compor o enxoval azul, se for menino, ou rosa, se for menina; ou quando os pais respondem a perguntas como “mas é menino ou menina?”, com uma afirmação bastante categórica do tipo “é um baita homenzinho”; ou ainda, quando se diz para uma criança coisas como “não, isto não pode, boneca e casinha não são brincadeiras de menino”, uma série de citações são recuperadas e reiteradas de tal forma que, ao serem trazidas à lembrança, elas acabam produzindo o “masculino” e o “feminino” normatizado pela heterossexualidade. O próprio ato de falar constroi aquilo que nomeia e talvez, por isso, a sensação de apagamento da historicidade destes enunciados e a fé de que são eles naturais. Desse modo é que

[...] a performatividade dever ser compreendida não como um ‘ato’ singular ou deliberado, mas, ao invés disso, como prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia. [Portanto] [...] as normas regulatórias do ‘sexo’ trabalham de uma forma performativa para constituir a materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar o sexo do corpo, para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual. (BUTLER, 2001, p. 154)

Portanto, ao dizer “menina não pode jogar bola”, por exemplo, não se está simplesmente descrevendo um ato ou dando um conselho, mas sim se está inscrevendo no corpo as marcas que produzem a mulher da heteronormatividade: o corpo sexuado é criado, assim, através de forças políticas que geram um efeito discursivo que se reitera como natural e verdadeiro. Acontece que, como já disse, há sempre neste processo fissuras que acabam rompendo com tal projeto, e aí o tiro sai pela culatra, isto é, a experiência da *performatividade*, por desenvolver resistências à heteronormatividade^[10], vai desestabilizar a lei hegemônica e apontar as inúmeras outras possibilidades de materialização do sexo: eis que surgem as/os travestis, as/os^[11] transexuais, os transgêneros com suas perucas, seu salto alto, suas próteses, seu silicone, seus hormônios e muita purpurina, rasgando o verbo e estufando o peito para mostrar a instabilidade dos corpos, a fluidez do sexo e o caráter nominal que transforma uma criança num ser dicotomizado em menina ou menino. A maneira como esses corpos experienciam a vida escancara a dimensão linguística da construção dos gêneros e faz ver como a nomeação trabalha para reiterar de forma espetacularizada, via diferentes instâncias pedagógicas, inculcadoras da norma (Família, Estado, Escola, Medicina, Mídia...), e durante muitos intervalos de tempo, o estabelecimento da trincheira, da cerca. Essas vidas apontam, ainda, para as possibilidades de desestabilização das regras que definem o “humano”, na medida em que suas existências escorregam e escapam do domínio da linguagem que tenta instaurar a ordem dos gêneros.

Todos estes argumentos e experiências são importantes, pois afastam qualquer conotação de cunho essencialista, transcendental sobre a construção das identidades de gênero: elas se dão, de fato, de maneira espiralada, num processo de construção que precisa levar em conta não só as diferenças sócio-culturais, mas também, a multiplicidade (étnica, racial, de classe, religiosa) encontrada no interior de uma mesma sociedade. Neste caso, é preciso entender o gênero como elemento constituidor (assim como outros elementos) da identidade dos sujeitos. É por isso que as identidades são sempre plurais, múltiplas, mutantes, paradoxais e é, por conta disto, também, que elas estão sempre diferindo: a pós-modernidade

impele com força o sujeito em diferentes direções, ora para sua condição de homem, ora para sua condição de negro, ora para sua condição de homossexual, ora para sua condição de brasileiro e, assim, sucessivamente, de maneira que sonhar com uma “identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia.” (HALL, 2001, p.13). Se o sujeito pós-moderno é múltiplo, ele pode exercer sua sexualidade de várias formas (com pessoas do mesmo sexo, com pessoas do sexo oposto, com pessoas de ambos os sexos, com pessoa nenhuma), ou seja, seus desejos, prazeres e atos sexuais podem ser exercidos de diferentes modos, mas todos, de alguma forma, constituindo isso a que chamamos de identidade sexual deste sujeito.

Diante disto, cabe dizer que o gênero masculino não é um constructo fixo, estável, homogêneo, do mesmo modo que o gênero feminino também não é um conjunto rígido, seguro, harmônico, já que, ambos, estão sempre em constante processo de relação/diferenciação. Essa hipótese serve para desconstruir a oposição binária entre homem-mulher, especialmente porque sempre há, numa perspectiva colocada em pares, o privilégio do primeiro em relação à subordinação do segundo. Despolarizar essa dicotomia vale, portanto, porque se presenciarmos a pulverização do sujeito a manutenção da ordem dicotômica inviabilizaria a ideia de que diferentes formas de masculinidade e feminilidade são possíveis de se constituir socialmente e, conseqüentemente, ratificaria posições de anulação de pessoas que não coubessem neste esquema dual, ou seja, expulsaria sujeitos que experienciam uma posição oblíqua em relação à condição de homens e mulheres considerados de verdade, uma vez que há inúmeras possibilidades de construção destas identidades:

[...] elas [as identidades de gênero] estão continuamente se construindo e se transformando. Em suas relações sociais, atravessadas por diferentes discursos, símbolos, representações e práticas, os sujeitos vão se construindo como masculinos ou femininos, arranjando e desarranjando seus lugares sociais, suas disposições, suas formas de ser e de estar no mundo. (LOURO, 1998, p. 28)

Desse modo, as identidades de gênero/sexuais se constituiriam a partir de inúmeras possibilidades de vivências sexuais (homossexual, heterossexual, bissexual, pansexual...). Entender isso é importante para não se deixar levar pelas narrativas homofóbicas que sugerem a ideia de que os homossexuais, por exemplo, fazem parte de um gênero, digamos, defeituoso, imperfeito, anormal. São filhotes destas narrativas, aliás, outras que tentam construir a imagem do gay masculino com trejeitos femininos e das lésbicas com características masculinas, como se todas/os lésbicas e gays correspondessem a estes atributos. Importante é dizer que o interior de cada gênero não é uno, não possui uma gênese, não há no gênero masculino uma essência de homem (homo ou hétero) pronta e no feminino uma essência de mulher (homo ou hétero) acabada, o que implica, inclusive, em descartar os argumentos estéreis – bêbados que estão da heteronormatividade - que insistem em tentar dizer/afirmar sobre as possibilidades de “causas” que, conjecturadamente, seriam responsáveis pela homossexualidade.

Precisamente da mesma forma que, por muitas e contraditórias razões, não faz sentido discutir o que “causa” a heterossexualidade, também não faz nenhum sentido – nem mesmo como projeto político – discutir as “causas” da

homossexualidade. *Nenhuma* identidade sexual – mesmo a mais normativa – é automática, autêntica, facilmente assumida; *nenhuma* identidade sexual existe sem negociação ou construção. Não existe, de um lado, uma identidade heterossexual lá fora, pronta, acabada, esperando para ser assumida e, de outro, uma identidade homossexual instável, que deve se virar sozinha. Em vez disso, toda identidade sexual é um constructo instável, mutável e volátil, uma relação social contraditória e não finalizada (BRITZMAN, 1996, p.74)

Parece que o que Deborah Britzman propõe é a ideia – e me alio a ela - de que, em se tratando de desejos, afetividades, amor, não há regulamentação capaz de determinar que as identidades trafeguem nos trilhos dos discursos hegemônicos da biologia, da medicina, da normalidade. Aliás, quando o que está em jogo são nossas práticas sexuais, afetivas e amorosas, a diferença tem a força de flagrar-se desenvolvendo estratégias que lhe afastam de qualquer imposição contratual, de qualquer tentativa de predição, de qualquer forma de normalização, no sentido de que – estando a diferença continuamente em devir – ela possa, com esse tornar-se ininterrupto, escapar da armadilha da fixidez armada pelo pensamento determinante.

NOTAS

[1] Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. Mestre em Letras pela Universidade Estadual de Maringá – UEM. Graduado em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Professor Assistente da UFPR, onde desenvolve pesquisas e orientações na área de Letras e Educação, com ênfase nas temáticas de Educação e Relações de Gênero e Teoria Queer. Pesquisador do Núcleo de Estudo de Gênero da UFPR.

[2] Monólogo da personagem transexual Agrado, extraído do filme “Tudo sobre minha mãe”, de Pedro Almodóvar. A tradução de Espanhol para Português foi feita por mim, a partir dos diálogos transcritos do DVD do filme.

[3] Este texto é resultado de alguns excertos de minha dissertação de mestrado, intitulada “Homossexuais, Insubmissos e alteridades em transe: representações da homocultura na mídia e a diferença no jogo dos dispositivos contemporâneos de normalização”, defendida em agosto de 2004, no Programa de Pós-graduação em Letras, da Universidade Estadual de Maringá – UEM.

[4] “Será no deslocamento da assim denominada ‘segunda onda’ – aquela que se inicia no final da década de 60 – que o feminismo, além das preocupações sociais e políticas, irá se voltar para as construções propriamente teóricas. No âmbito do debate que a partir de então se trava, entre estudiosas e militantes, de um lado, e seus críticos ou suas críticas de outro, será engendrado e problematizado o conceito de gênero.” (LOURO, 1998, p.15)

[5] O termo “gender” foi usado pela primeira vez como distintivo de “sex” pelas feministas anglo-saxãs, conforme Joan Scott (1995).

[6] Sei que há diferenças tanto de ordem político-identitária na experiência do sujeito trans, especialmente entre a transexualidade e a travestilidade. Sei que cada sujeito, seja a/o transexual, seja a/o travesti se enxerga e enxerga o outro de forma diferente, reclamando para si, inclusive, status de feminilidade e masculinidade diferentes. No entanto, na presente análise, não entrarei nessa questão complexa que envolve tanto jogos de imagens e representações como reclames políticos de asseguramento de direitos civis (o que seria assunto para outras conversas). Para esse momento, o que me interessa marcar é que a experiência do sujeito trans (seja transexual, seja travesti, seja transgênero) é que perturba e, por isso mesmo, são estas vivências alvo de constantes tentativas de policiamento, enredamento, captura pelos saberes médico-biológico-psiquiátrico-pedagógicos.

[7] Panoptismo vem da ideia de panóptico que, segundo Foucault (2001b), a partir da figura arquitetural de Bentham, representaria todo um conjunto de técnicas disciplinares que visam o corpo e o controle deste corpo por meio dos mais sutis

e incisivos mecanismos de observação e vigilância, que acabam, por sua vez, gerando saberes sobre o outro com efeitos de poder sobre esse outro e sobre si mesmo.

[8] Na época, a edição da Revista Playboy com Roberta Close na capa causou muita polêmica, inclusive por conta do slogan da edição que foi: “Incrível. As fotos revelam por que Roberta Close confunde tanta gente”. Evidentemente que a revista não mostrou fotos de sua genitália. Outra frase comum na época era: “A mulher mais bonita do Brasil é homem”.

[9] A ideia de citacionalidade derridiana é derivada de uma releitura da elaboração do conceito de Atos Performativos de Austin (1990), que estabelece como acontecem os processos de repetição na linguagem, a partir da ideia de que ao se proferir um enunciado, por exemplo, ao fazê-lo não se está simplesmente descrevendo o ato que se estaria praticando no momento da fala, mas sim se está construindo a própria ação. Neste sentido é que, segundo Bento (2003), Derrida, tomando a escrita como um processo repetível, vai dizer que é justamente esta possibilidade que a linguagem tem de se reduplicar, mesmo que longe do produtor ou de um suposto interlocutor, que vai lhe permitir este caráter de independência.

[10] É importante dizer que, obviamente, não tomo heterossexualidade como um constructo homogêneo e/ou uniforme. Pelo contrário, sei que, como todo conjunto identitário, o heteronormativo (assim como o homossexual) também possui fissuras, já que as identidades são construídas discursivamente, pelos processos de significação.

[11] Uso ambos os artigos - “a” e “o” - para me referir aos sujeitos trans não só por uma questão de fazer marcar a possibilidade desses sujeitos poderem construir um corpo-mulher ou um corpo-homem, mas também porque há, entre esses sujeitos, linguisticamente falando, posicionamentos diferenciados em como elas/eles querem ser chamadas/os ou, até mesmo, em como elas/eles se auto referem. Para saber mais, ver: BORBA, 2006.

REFERÊNCIAS

- AUSTIN, John. **Quando o dizer é fazer**: palavras e ação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BENTO, Berenice. Transexuais, corpos e próteses. **Labrys, Estudos Feministas**. nº 4, ago/dez 2003. Disponível em: <<http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys4/textos/berenice1.htm>. Acesso em 15/04/2004>.
- BORBA, Rodrigo. **Alteridades em fricção**: a construção discursiva de identidades em interações entre travestis e mulheres na prevenção de DST/AIDS. Dissertação de Mestrado, RJ: UFRJ, 2006.
- BRIZTMAN, Deborah. P. O que é esta coisa chamada amor – identidade homossexual, educação e currículo. In: **Educação e Realidade**. jan./jun., 1996, vol. 21, n. 1, p.71-96. ISSN: 0100-3143
- BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O Corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 152-172
- _____. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. Trad. de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2002a.
- _____. **Em defesa da sociedade**. Trad. de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002b.
- _____. **História da Sexualidade**: a vontade de saber. V. 1. 14 ed. Trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2001a.
- _____. **Os anormais**. Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2002c.
- _____. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 24 ed. Trad. de Raquel Ramalhte. Petrópolis: Vozes, 2001b.
- HALL, Stuart. **A identidade Cultural na pós-modernidade**. 5ed. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.) **Manifesto do ciborgue**. As vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 37-129
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 2ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- _____. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O Corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 7-34
- SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**. Jul/dez, 1995, vol. 20 n. 2, p.71-99. ISSN: 0100-3143
- SIERRA, Jamil Cabral. **Homossexuais, insubmissos e alteridade em transe**: representações da homocultura na mídia e a diferença no jogo dos dispositivos contemporâneos de normalidade. Maringá: UEM, 2004. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Maringá, 2004.

